

Política

■ André Gustavo Stumpf

Bélgica e Índia, num país que não sabe se decidir

O Brasil é um país curioso. Mistura de Bélgica com Índia, tem conseguido o prodígio de adiar indefinidamente suas crises e evitar qualquer definição esclarecedora a respeito de problemas sociais prementes. A crise econômica atual terá várias explicações, todas nascidas da densa retórica dos economistas: nenhuma, porém, convincente, pois até a mais ingênua das donas-de-casa sabia, lá pela metade da década de setenta, que o endividamento externo crescente só poderia resultar num monumental impasse. Aliás, deputados, senadores e até ministros alertaram os governantes para o equívoco. Mas nada resultou deste esforço. Ao contrário, quem divergiu foi afastado, confirmado velhos adágios, que datam do tempo de Maquiavel — nunca se leva uma notícia ruim para o Príncipe.

Quem alertou o governante para os desvios da economia brasileira apenas fazia referência àquilo, que via distorcido na realidade do país. O governo, ao contrário, sem mudar a realidade preferiu não discuti-la, como se fosse mais incômodo do que a própria realidade, a existência de quem falasse sobre aquele desagradável assunto. De inicio, argumentou-se que a crise tinha origem na elevação dos preços internacionais do petróleo. O argumento tem laivos de verdade, mas agora os brasileiros — além de estarem comemorando o oitavo ano de criação do programa nacional do álcool, que efetivamente ainda não decolou, descobrem, assustados, que o subsídio aos derivados de petróleo alcança as raias da insanidade. O dólar-petróleo, nessa mágica contábil, está em 249 cruzeiros, a metade do que vale a moeda norte-americana no câmbio oficial.

Esse belo país de sonhos tem outros ingredientes muito engraçados. Há fortes subsídios para a agricultura, existem grandes incentivos para a exportação de produtos manufaturados, de tal maneira importantes que já é hoje difícil calcular o preço de um par de sapatos brasileiros colocado no mercado internacional. Em termos genéricos seria como se toda a sociedade estivesse trabalhando para exportar determinados produtos, pagando internamente um custo alto com o objetivo de o consumidor externo pagar uma quantia irrisória. A isto chama-se, no Brasil, competição pelo mercado externo.

Depois veio o choque dos juros. Os bancos internacionais teriam elevado tanto seus juros que o Brasil tornou-se inviável. É peculiar que a diferença entre viabilidade e inviabilidade seja, nestes dias, medida pelas estatísticas oficiais. Mas, enfim, passado o choque da alta da taxa de juros, o país, oficialmente, se comprometeu com o Fundo Monetário Internacional em atingir determinadas metas. E o que aconteceu meses depois? Não alcançou a maioria dos objetivos ali comprometidos. Desta vez não há choque de juros, crise do petróleo ou algo semelhante que seja suficiente para justificar o mais novo desastre: ao contrário, agora, é claro que o problema é de fato brasileiro, interno, verde-amarelo.

O Brasil é um país tão curioso que vive numa profunda recessão há três anos e nem mesmo a oposição tem conseguido estruturar uma posição capaz de fazer frente a este estado de coisas. O governo Figueiredo pode jactar-se de ter, no campo político, conduzido tão bem suas demandas que os partidos de oposição perderam-se quanto ao rumo a seguir. Não existe oposição sistemática à ação econômica de um governo que além de elevar a taxa de inflação a níveis estratosféricos aumentou várias vezes os índices de desemprego. O país está literalmente parado, sem alternativas e ávido de expectativas — e elas só chegam na forma de notícias ruins: mais impostos, menor atividade econômica, mais desemprego.

Não há dúvida que o presidente Figueiredo conduziu com habilidade e determinação sua promessa de fazer deste país uma democracia. A eleição do último 15 de novembro foi um espetáculo cívico impressionante de que o país estava nostálgico há muitos anos. Mas, exatamente por ter sido um instrumento eficaz, a eleição produziu nova situação política tanto para o governo quanto para a oposição, que, aliás, foi para o poder em nove estados. A mudança dos ventos da situação política também não resultou nada de novo, apenas a surpreendentemente vigorosa discussão sobre sucessão presidencial — que ocorre como se nada estivesse acontecendo no país. Os candidatos se lançam à disputa, não falam de suas plataformas, nem pretendem enunciar programas. Cuidam de votos e de ter acesso garantido ao Palácio do Planalto.

É sabido que não se pode enganar todo mundo, todo tempo. A cordialidade brasileira conheceu limites muito-nítidos no passado, tanto assim que todos aqueles que foram ao baile da Ilha Fiscal, lowando as qualidades do Império perderam cargos, posições e prestígio no regime de que se instalou logo após. Ninguém vai pescar no Rubicão, mas, por vezes, caprichos da história colocam governantes e país diante da necessidade da decisão completa maior, desligada de compromissos imediatos. Equívocos acumulados podem levar um país, mesmo sem desejar, às margens do Rubicão. A questão é atravessá-lo ou não, nunca discutir sobre o pôr-do-sol visto de uma de suas margens.